



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

CINFORM www.cinform.com.br **IVZ** Aracaju - SE, 18 a 24 de março de 2013, Ano XXX, Edição 1562

JUSTIÇA

Acusados de fraude de R\$ 7 milhões têm bens bloqueados pela Justiça

Valor teria sido sonegado por empresas do ramo farmacêutico em 2012. Os bens só serão desbloqueados após devolução do dinheiro

Os proprietários e sócios das empresas do ramo farmacêutico Mega Farma e Master Farma Distribuidora tiveram seus bens bloqueados pela Justiça, através de pedido do Ministério Público Sergipe - MP/SE -, no último dia 13. Eles são acusados de fraude tributária e a dívida está estimada em mais de R\$ 7 milhões.

Segundo informações do MP/SE, uma empresa servia de escudo para a outra na prática da sonegação fiscal. Os acusados com-

“Se em dez dias o valor não for quitado, será aberto um processo criminal e, caso os empresários sejam condenados, deverão cumprir pena que pode ultrapassar os oito anos de reclusão”

pravam medicamentos por uma das empresas, deixavam de pagar os impostos e distribuíam os produtos para a outra empresa, gerando um maior lucro e causando prejuízo aos cofres do Estado.

EMPRESAS

Três dos cinco acusados ligados às empresas foram presos em julho de 2012, após a Polícia Civil, MP/SE e Secretaria Estadual da Fazenda terem revelado, em operação conjunta, o esquema de sonegação. De acordo com o promotor de Justiça da Defesa da Ordem Tributária e responsável pelo caso, Renê Erba, a investigação já foi concluída e os bens dos cinco acusados de fraude foram bloqueados até que a dívida seja paga.

“Se em dez dias o valor não for quitado, será aberto um processo criminal e, caso os empresários sejam condenados, deverão cumprir pena que pode ultrapassar os oito anos de reclusão”, acrescentou o promotor.

O Cinform tentou falar com representantes das distribuidoras, mas não obteve êxito. O promotor de Justiça Renê Erba informou ainda que apenas a Mega Farma se encontra em funcionamento e que nem mesmo o Ministério Público consegue localizar os acusados. ■